

# EM BUSCA DO SIGNIFICADO: O PERCURSO DE UMA PESQUISA SOBRE DEMOCRACIAS E ORDENS NA ORLA DO RIO DE JANEIRO

Recebido 08.03.2016  
Aprovado 21.04.2016

Patrícia Silveira de Farias<sup>1</sup>

## Resumo:

Este artigo apresenta uma discussão sobre as noções de democracia, democracia racial e ordem social, a partir da análise do processo de construção de duas pesquisas efetuadas sobre um mesmo espaço: a orla do Rio de Janeiro, Brasil – em dois momentos distintos: a virada do século XX para o XXI e os anos 10 de século XXI. As noções acima citadas são estudadas a partir dos pontos de vista dos diversos segmentos sociais que frequentam e trabalham no local, inclusive agentes do Estado, no caso do segundo momento, que privilegia a ação de segurança pública intitulada “Choque de Ordem”. Para isso, usou-se metodologia qualitativa, através de entrevistas em profundidade e etnografia, além de levantamento documental de leis, ordenamentos e pesquisa bibliográfica sobre tais temáticas. Como conclusões, salienta-se que as formas de entendimento do que seja democracia e ordem dependem da posição que cada grupo social ocupa na sociedade brasileira mais ampla, e são atravessadas e modeladas por critérios étnico-raciais e de classe. Observa-se também a importância política que o espaço público praia assume para dar visibilidade às disputas de sentido em torno de questões como igualdade, liberdade e hierarquias de classe e de cor na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** praia; ordem social; “Choque de Ordem”; democracia.

## Abstract:

This paper is intended to discuss the notions of democracy, racial democracy and social order, by analyzing the building process of two researches which focused the same place: Rio de Janeiro's beaches, in Brazil. These two researches took place at distinct historical moments; one, at the last years of XX century, and the other, in the first decade of the XXI century. The notions cited above are studied from the perspectives of the various social segments that frequently go or work there, especially State agents which are part of the public policy named “Choque de Ordem” (a kind of “Order Assault”). In order to do this, these researches are based on qualitative methodology, with interviews and ethnography, and also on documental study of the laws which inflects on this public territory, and bibliographic research on these issues. As a conclusion, the article points out that the way people understand democracy and social order will depend on the position each group has in the broader Brazilian society, and that these ideas are tied to and are modeled by ethnic and class criteria. It stresses also the political relevance that this public space, the beach, assumes, in order to give visibility to the dispute around the meaning of equality, freedom and hierarchies of color/race and class in Brazilian society.

**Key words:** beach; social order; “Choque de Ordem”; democracy.

## Resumen:

Este paper presenta una discusión de las ideas de democracia, democracia racial y orden social, a partir de la análisis del proceso de construcción de dos pesquisas efectuadas en lo mismo local: las playas de Rio de Janeiro, en Brasil, en dos momentos distintos: fines del siglo XX e mediados del siglo XXI. Las dichas nociones son analizadas a partir del punto de vista de los diversos segmentos sociales que van o trabajan en este local, incluso agentes del Estado, en lo segundo momento, que se detiene en la acción de seguridad pública denominada el “Choque de Ordem”. Para eso, se usó la metodología cualitativa, con base en entrevistas y etnografía, y también en las leyes, ordenamientos e demás estudios sobre tales temáticas. Como conclusiones, enfatizase que las formas de comprenderse el significado de democracia y de orden dependen de la posición que cada grupo social tiene en la sociedad brasileña más amplia, y son travesadas y modeladas por criterios étnicoraciales y de clase social. Observase también la importancia

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Cultural (IFCS/UFRJ), Pós-doutora em Estudos Culturais (PACC/UFRJ), professora associada da Escola de Serviço Social da UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Ações em Políticas Públicas, Identidades e Trabalho (NUPPIT). Contato: trapfarias@gmail.com

política que éste espacio público, la playa, asume en dar visibilidad a las disputas de sentido sobre asuntos como igualdad, libertad y jerarquías de clase y de color en la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** playa; orden social; “Choque de Ordem”; democracia.

## **Introdução**

Este trabalho condensa dois processos de pesquisa antropológica em um mesmo campo, em dois momentos históricos distintos. O primeiro deles se refere ao meu trabalho de campo para minha tese de doutorado em Antropologia, na virada do século XX para o XXI – mais precisamente, em 2000<sup>2</sup>. Num segundo momento, que envolve os anos de 2011 e 2012, volto ao campo para minha pesquisa de pós-doutoramento, dentro do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, que teve apoio de órgãos de fomento como o CNPq (federal) e Faperj (estadual).

Pretendo relatar aqui meu percurso de pesquisa sobre a orla carioca – ou, mais especificamente, sobre as praias da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, famosas nacional e internacionalmente, e, no contexto local, uma área intensamente valorizada, inclusive em termos imobiliários<sup>3</sup>.

Entendo que a busca de significado através do trabalho de campo é um processo rico e multívoco. Minha tarefa aqui é narrar um pouco deste esforço ao longo dos anos em que venho voltando minha atenção para este espaço urbano tão peculiar para a cidade do Rio e sem dúvida também para o Brasil. E, se o objetivo é contar um processo de pesquisa, esta será uma fala sobre dúvidas, decisões e conclusões provisórias, em torno de alguns conceitos tal como eu os venho trabalhando. Estes conceitos, que constituíram o foco das pesquisas citadas, são os de relações étnico-raciais; de espaço público e de esfera pública; e de democracia e ordem social. Todos eles são visitados e discutidos a partir da investigação das sociabilidades envolvidas em situações de entrevista com os diversos agentes sociais que frequentam a orla carioca.

## **Primeiro momento da pesquisa: final do século XX**

Retomando então o meu caminho de pesquisa, este foi realizado em dois momentos: a) virada do século XX para o XXI; e b) os anos 10 deste século– de 2011 a 2012. Quanto

---

<sup>2</sup> Para ver o resultado deste estudo, cf. Farias, 2003.

<sup>3</sup> Para uma discussão mais ampla sobre a divisão simbólica de espaços da cidade do Rio de Janeiro, cf. Farias e Cecchetto, 2009.

ao primeiro momento, o que me chamou a atenção para este espaço urbano em particular, a praia, foi um fenômeno social que estava ocorrendo à época e que perturbava e mobilizava de forma impressionante os diversos segmentos sociais que compõem a sociedade brasileira: os chamados “arrastões” nas praias da zona sul. Tumultos relacionados a brigas de grupos juvenis (“galeras”) e relatos de roubos em massa nestes cenários considerados idílicos incentivaram a criminalização de jovens afrodescendentes moradores de periferias, particularmente por parte dos grandes órgãos de imprensa, mas também dos agentes do Estado.

Estes agentes, em sua forma local, voltaram cada vez mais sua atenção para a repressão e dificultação da vinda destes jovens para estas praias, através de revistas sistemáticas em ônibus e mesmo suspensão de pontos de parada dos coletivos vindos de outros pontos da cidade. Todo este processo, como se verá adiante, fará parte da construção de uma nova ordem local que investigaremos com detalhes mais à frente.

Cabe notar que este momento inaugural dos “arrastões”, e seu batismo com este nome - que lembra uma técnica de pesca em que se lança uma rede e, quando esta é puxada, arrasta tudo o que está a seu alcance - passa a designar uma gama bem mais ampla de fenômenos a partir daí. Assim, por exemplo, a grande imprensa denominará de “arrastão” a ação de bandos criminosos em vias expressas, prédios, túneis e outros locais, não só no Rio, mas em outras grandes cidades, como São Paulo, a partir dos anos 2010. No entanto, convém notar que o fenômeno a que faço menção aqui tem pouco a ver com esta elástica (in)definição de arrastão; o arrastão das praias não se referia ao crime como negócio, desempenhados por “profissionais” do ramo, e sim a conflitos entre turmas de jovens, realizados em um contexto e local de lazer coletivo, público, e que por vezes resultaram em furtos de objetos de banhistas.

A comoção social em torno deste evento, o “arrastão”, levou a uma série de debates que reforçaram meu interesse sobre o que estava ocorrendo neste local da cidade. Não só a imprensa falava do caso; as conversas entre amigos, os pesquisadores, todos lançavam explicações e suas dúvidas sobre o que estava ocorrendo. E uma das palavras que emergia com força nesta discussão era “democracia”. As pessoas, particularmente os frequentadores das praias, recorriam insistentemente à frase “logo a praia, um lugar tão democrático”, para expressarem seu pesar sobre a ameaça de arrastão que passou a pairar em cada domingo de sol sobre local tão cobiçado e simbolicamente importante

para a própria imagem da cidade. O pânico social se espalhava e a reboque trazia uma conexão que me atiçava a curiosidade: “a praia como democracia”. Afinal, em um país como o Brasil, de tradição conservadora e autoritária, o que significaria assumir que determinado lugar é democrático?

Como eu trabalhava, e ainda trabalho, embora menos, com a temática das relações étnico-raciais, a palavra “democracia” ainda me remetia a outro leque de questões, a do chamado “mito da democracia racial”, que nos fala da convivialidade harmoniosa das raças no Brasil. Uma figura emblemática deste tipo de discussão é Gilberto Freyre (2006), que, em seu estudo nos anos 30/40 sobre a formação do Brasil, valoriza a mestiçagem que aqui se produziu, quase como um sinal desta suposta harmonia. Roberto da Matta (1981), por sua vez, nos conta sobre a fábula das três raças, e a associação que esta promove entre diversidade étnico-racial e desigualdade na composição social brasileira, enaltecendo a primeira e ocultando a segunda.

Interessantes observações sobre a ambiguidade do termo “democracia racial” e seus usos estão presentes também, por exemplo, em Nogueira (1985). Para este autor, há dois significados postos em jogo pelos atores sociais: um que se refere ao encobrimento da desigualdade étnico-racial e do racismo, a partir do pressuposto da existência da propalada “harmonia racial” de que nos fala Freyre. Outro significado, porém, acionado particularmente por alguns militantes negros brasileiros nos anos 50 (cf. Guerreiro Ramos, 1995) conectaria a noção de democracia racial não a uma “realidade vivida”, mas a uma proposta política de futuro, um “sonho”.

Hasenbalg (1992), por sua vez, nos lembra que o tipo de pensamento que celebra a diferença mas acaba por dificultar o entendimento sobre a existência da desigualdade étnico-racial está presente em várias narrativas americanas, desde a noção de “*melting pot*” estadunidense até o conceito de “*raza cósmica*” de José Vasconcelos (1948), resultado, segundo este autor mexicano, do hibridismo e da mestiçagem. De resto, os movimentos negros brasileiros também vem historicamente se preocupando em denunciar os efeitos maléficos para a população afrodescendente do uso ideológico, no sentido marxista, de mistificação da realidade, da expressão “democracia racial” para a negação do racismo no Brasil por parte dos segmentos sociais dominantes.

Enfim, para conectar praia e relações raciais, prestei atenção a duas expressões comumente usadas pelos cariocas, e pelos brasileiros em geral, quanto aos objetivos de se frequentar a praia carioca. A primeira é “pegar uma cor”, no sentido de se bronzear; em estreita conexão com esta, a expressão “estar preta”, como sinônimo de estar bem bronzeada, também merece destaque – afinal, o que significa esta expressão, usada inclusive com admiração para designar quem consegue este feito, e que causa inveja a quem “não está preto”, num país historicamente racista, como o Brasil?

A segunda expressão é “mistura”, utilizada como algo depreciativo no contexto praieiro; assim, por exemplo, se justifica a mudança de local de um ponto a outro da orla – tal praia “está muito misturada”, e portanto não é bom frequentá-la, segundo este tipo de lógica. Assim, passa-se a frequentar outro lugar. Neste contexto, porém, também se pode pensar que a expressão “muito misturada” parece indicar um ponto de mistura que seria bom, enquanto seu “excesso” é que seria ruim.

Todas eram questões que me instigavam e me levavam à praia. No entanto, também poderiam me levar a certo tipo de pergunta de que eu desconfiava. Enfim, parecia que estudar a praia significava responder – e julgar - se a praia era ou não democrática, e como isso se conectava a raça. Enfim, tratava-se de estabelecer um *status* de verdade ou de mentira. Era, e é, uma pergunta sedutora, e sem dúvida há relevantes estudos e reportagens e debates neste sentido<sup>4</sup>. Eu poderia também me estender em um debate sobre a noção de democracia segundo a ciência política e a sociologia, desde a ágora grega, em que a discussão sobre os limites desta ágora aponta para a exclusão de diversos segmentos sociais habitantes da cidade. Poderia também me alongar no debate sobre democracia e representação, o que também levaria à indagação sobre a possibilidade ou não de visibilidade e fala para grupos politicamente minoritários, ou mesmo me deter na noção mais recente de democracia radical<sup>5</sup>.

Mas eu desconfiava que toda esta discussão dava de barato a própria noção de democracia, não a interrogava, tomava como pressuposto que todos pensavam o mesmo quando falavam que a praia era democrática – inclusive eu, como carioca e brasileira.

---

<sup>4</sup> Cf. por exemplo O’Donnel, 2013.

<sup>5</sup> Embora não seja o foco do meu trabalho, há interessantes abordagens dos temas em Cassin, Loraux e Peschanski (1993), - sobre os limites da democracia grega; além de um clássico da tradição liberal do termo, por exemplo, como Bobbio, 1997. Sobre o conceito de “democracia radical” proposto por Ernest Laclau e Chantal Mouffe, cf. entre outros Aronowitz, 1992.

Eu precisava, portanto, como já recomendava Velho (1980), estranhar mais esse mundo tão familiar a mim enquanto pesquisadora brasileira e carioca, partícipe de uma tradição de pensamento predominantemente ocidental. Tentar brincar e a partir disso me distanciar do meu próprio contexto – assumindo, por exemplo, o pressuposto de que certos nativos de certo local chamavam uma área da sua cidade de ...”hualu”....e a partir daí tentar saber o que isso era, e o que isso significava para eles. Este movimento e atitude implicavam, por exemplo, imaginar que os outros locais dessa cidade não eram “hualu”, e se perguntar se, ao longo de sua história, aquele povo havia privado de “hualu” em suas relações sociais. Assim, a pergunta não deveria ser se a praia era ou não democrática; mas precisava passar a ser – o que é “democracia” para estas pessoas? E por que logo aquele lugar, a praia, é “democrática”? Quem assim a considera? Há outras versões sobre este local? Quais são elas? E mais: o que é aquele lugar chamado praia para estas pessoas?

Fácil e divertido pensar assim; mais difícil é executar tal empreitada. Então, pensei em utilizar um instrumento de estranhamento comum de se encontrar em estudos antropológicos: a história, até por gosto pessoal. Estranhei a praia através da história<sup>6</sup>. Esta se revelou uma boa estratégia, pois a constatação de que a praia brasileira, e dentro dela a carioca, nem sempre foi o que é hoje me levou a compreender novas dimensões sobre os significados deste espaço urbano, e mesmo sobre a construção do espaço público no Brasil. No entanto, a abordagem histórica também apresentou alguns problemas....porque fui indo, buscando sentidos históricos cada vez mais para trás e....em resumo, fui parar em 1500 para estudar a praia no ano 2000.

Não trarei para cá toda esta discussão, mas sim seus pontos mais relevantes para o estudo que propus. Assim, observei, por exemplo, que a praia do séc. XVI, a praia da “descoberta” de Colombo e Cabral foi a praia da interação entre diferentes etnias e cores, a praia das lutas entre vários grupos invasores e vários grupos nativos. Do século XVI ao séc. XIX, podemos ver a configuração de outra praia, aquela representada como *locus* degradado do lixo e do trabalho nos portos – comércio, inclusive de escravos, lugar onde se atiravam os detritos das casas senhoriais das cidades (cf. Freyre, 2006, por exemplo, sobre estes aspectos).

---

<sup>6</sup> Para uma interessante discussão sobre os usos antropológicos da História, cf. Schwarcz, 2005.

Uma grande mudança se opera a partir do século XIX, impulsionada pela vinda de dom João VI e a transferência da capital do Império português de Lisboa para o Rio de Janeiro. Surge a praia da saúde! Na Europa já havia esta nova onda medicinal da cura pela água do mar, e el rey, acreditando neste tipo de tratamento para sua erisipela, manda construir e passa a usar a casa de banhos do Caju, existente até hoje na cidade.

Importante frisar que estas ondas de significados diversos associados à praia não são precisas em seu começo e fim. Tanto que, em meados do século XX, transparece ainda a “praia *locus* da pobreza” em canções como as de Dorival Caymmi – veja-se por exemplo “Eu não tenho onde morar”<sup>7</sup>, onde canta o autor: “Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na areia”. Ou nos primeiros livros de Jorge Amado, ainda nas primeiras décadas do século XX, como *Mar Morto* (1936) e *Capitães da areia* (1937), onde a orla é frequentada pelas camadas populares e consideradas “marginais” da cidade de Salvador, na Bahia.

Mas, enfim, é na metade do século XX, no pós-segunda guerra, que se consolida no Rio de Janeiro a praia como lazer massivo, na esteira de uma busca de modernidade associada à ocupação de um novo espaço: o da orla da zona sul, em detrimento do velho centro da cidade, associado ao passado colonial. Nessa perspectiva, também se incorpora a ideia de que a praia se configura como um espaço público que apresenta toda a diversidade urbana da cidade em suas areias – e não mais apenas segmentos nobres, como na praia da saúde imperial, ou marginais, como na praia dos personagens de Jorge Amado. Daí o início de sua associação com o termo “democracia”, conforme se pode notar por exemplo por reportagens dos anos 50/60 (para maiores detalhes sobre esta viagem histórica sobre a praia, cf. Farias. 2003).

Depois desta jornada pela história do Brasil e da cidade, e estranhado o campo, me dediquei a realizar entrevistas em profundidade com banhistas, agentes do Estado, como salva-vidas, e trabalhadores na praia de Ipanema, de diversos recortes étnico-raciais, classe, faixa etária, gênero e local de moradia. No total, foram entrevistadas 38 pessoas. Também me empenhei em frequentar e interagir no local, assumindo a etnografia como meio de conseguir uma descrição densa desta cultura, como nos ensina Geertz (2008).

---

<sup>7</sup> Esta canção foi lançada em 1960, porém composta durante os anos 40/50.

A partir deste esforço combinado de levantamento histórico, entrevistas e etnografia, constatei que o discurso sobre democracia que a maioria dos entrevistados assumia – e que era meu foco nesta pesquisa - se articulava em torno de dois eixos: igualdade – na praia todos são iguais, seres semidesnudos debaixo do sol - e liberdade – a orla é um lugar onde se pode fazer tudo o que se quiser. Isso de alguma forma se refletia legalmente através da própria Constituição brasileira vigente, promulgada em 1988, e que afirma em seu Artigo 20 que a praia é um “bem comum”, ou seja, é de todos, sendo seu uso franqueado a qualquer um.

Para pensar mais sobre o assunto, recorri a Victor Turner (1969) e a noção de *communitas*, como um estado em que, nos rituais religiosos, se suspende as hierarquias q estruturam as sociedades e instaura um momento liminar, em que reina a igualdade entre seus membros. No caso, a praia se prestava a isso – é um terreno liminar, entre a terra e a água; é um local de estadia e posse temporária; é de todos em geral e de ninguém em particular. E é onde se dá um dos grandes eventos da cidade, o *réveillon*, o fim de ano, momento liminar entre um ano e outro, onde todos se igualam na busca de um bom novo ano.

Entretanto, os graus em que igualdade e liberdade se apresentavam nas percepções dos entrevistados indicavam que a *communitas* da praia se configurava de acordo com alguns critérios. Isso significa dizer que os limites para cada grupo ser mais ou menos “igual”, ou “livre”, dependiam de sua classificação segundo os locais. Essa classificação obedecia a três aspectos principais: a cor, a classe social e o local de moradia a que pertenciam os indivíduos na sociedade mais ampla.

Considerei então que havia uma espécie de escala hierárquica, de *status* e prestígio nessa *communitas*, e que o grau de liberdade e de igualdade que usufruía cada grupo variava de acordo com sua posição segundo estes três critérios. No mais alto patamar, estavam os frequentadores de cor branca, de camadas médias e altas, que moravam nas cercanias da praia. Logo a seguir estavam indivíduos miscigenados de camadas médias e também moradores locais, seguidos por aqueles brancos e mestiços de camadas populares moradores não-zona sul. Em penúltimo estavam as pessoas negras de camadas médias moradores das redondezas e por último, como categoria com menor *status*, se situavam os negros das camadas populares, moradores de regiões periféricas da cidade do Rio - não-zona sul e de outros municípios, particularmente aqueles

pertencentes à Baixada fluminense, região industrial e populosa onde se concentram as moradias dos trabalhadores do Estado.

Enfim, a “democracia praieira” pressupunha na verdade uma ordem. E esta “ordem local” era posta em movimento, atualizada, a cada ida à praia, através da sociabilidade dos grupos na praia, que ia do conagraçamento e expansão das redes de interação entre os grupos melhor colocados neste *ranking* acima descrito, a estratégias de evitação e iniciativas de confronto e conflito – entre estes e os grupos situados nos níveis mais baixos da hierarquia.

Neste contexto, uma das chaves para o estabelecimento de distâncias e proximidades, ou seja, para o estabelecimento da “ordem social”, era o corpo – através dele, é performatizado o *status* de cada grupo, assim como as relações devidas com os outros grupos existentes na praia. Desta forma, retomando uma das minhas primeiras observações, sobre a expressão “pegando uma cor”, ela pode expressar a liberdade de passar mais tempo no ócio, sendo o bronzeado do corpo a marca disso; ao mesmo tempo, indica a liberdade de ir e vir pelas cores – é a diferença entre a cor que se pega e a cor que se tem. Os melhor situados na escala hierárquica são justamente aqueles que “pegam uma cor”. – os brancos de camadas médias e altas moradores dos bairros mais valorizados da cidade. Os que transitam com maior dificuldade são aqueles situados no nível inferior da escala – aquelas pessoas, afrodescendentes mais escuras, que moram a grande distância da orla e dispõem de menos tempo para o ócio.

Com a “mistura”, a outra expressão que me chamara a atenção no início de meu estudo, também se dá o mesmo; celebramos a mistura, se a temos sob controle, e isso se expressa nas cores e comportamentos corporais a nosso redor. Caso estes ultrapassem determinado limite, a mistura desejada passa a ser a mistura perigosa. Dito de outra forma, se a maioria de brancos na praia de Ipanema for “ameaçada” por grupos de pessoas negras vindas de outras regiões da cidade e do Estado, esta “mistura” não será bem-vista, para dizer o mínimo.

## **Segundo momento da pesquisa: os anos 10 do século XXI**

Bem, num segundo momento, na virada da primeira década do século XXI, voltei à praia como objeto de estudo. No entanto, desta vez, meu olhar foi atraído por outra expressão muito disseminada nos jornais ao longo de 2009. 2010 e 11, nas conversas e

na área de políticas públicas, especialmente no campo das políticas de segurança. Esta expressão se referia a um novo tipo de ação neste contexto: o “Choque de Ordem”. Era este o nome dado a um conjunto de ideias e práticas ligadas à política de segurança municipal, que é lançado em 2009, e que se alicerçava numa repressão incisiva a aspectos tão diversos quanto estacionamentos em locais proibidos, população de rua até o comércio informal nas ruas e nas praias. Esta iniciativa contava com o apoio das forças de segurança estaduais, através da Polícia Militar e do Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros, os guarda-vidas, tradicionais figuras no cenário da praia e que eu já havia contatado no meu primeiro campo.

O Choque de Ordem era – e é - portanto uma ação ambiciosa, de larga escala, que propunha “impor” uma ordem que as autoridades consideravam ameaçada neste espaço, através de uma ação que se apresentava como organizada, rápida e certa. Uma série de iniciativas do governo municipal consolida o choque. Assim, em 2010 a prefeitura do Rio cria o Grupamento Especial de Praia, segmento da guarda municipal destinado, conforme se afirma em seu *site*, a “patrulhar as praias da zona sul”. Em 2011, é criado o Grupamento de Operações Especiais, o GOE, responsável por agir em caso de “calamidade pública, salvamento e resgate”, e também usado como uma força auxiliar aos esforços das operações do Choque de Ordem.

Tudo isto se desvela então como um novo momento, de aumento do controle sobre a orla, através de um envolvimento bem maior do poder municipal no espaço público da cidade. Cabe afirmar que sem dúvida isto tudo tinha como cenário maior a preparação da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil para uma série de megaeventos, desde os Jogos Pan-americanos de 2012, a Copa do Mundo de 2014 e afinal as Olimpíadas de 2016.

É diante deste cenário que me dispus a retomar meu objeto de estudos, a orla carioca agora com novo foco: não mais a “democracia”, mas a “ordem”. Também os interlocutores da nova pesquisa mudaram: ao invés de entrevistas com frequentadores e trabalhadores, eu me envolveria mais em ouvir os agentes do Estado, aqueles que supostamente levariam a tal “ordem” a este espaço público - guarda-vidas, sim, mas também policiais militares e guardas municipais. Esta nova tarefa envolvia ainda uma análise mais extensa e compreensiva sobre o caráter e o ideário das políticas públicas e de segurança no Brasil.

E de novo tive um problema de pergunta. Primeiro, porque o próprio nome desta nova política de segurança municipal – “Choque de Ordem” - é uma expressão muito forte; lembra, para uma carioca, o Batalhão de Choque da Polícia Militar, responsável por incursões a comunidades pobres na busca de criminosos e suspeitos e que é constantemente acusado pelos moradores destes locais de violência e abuso de poder. Para uma brasileira, lembra ainda a triste época da ditadura militar, onde eram comuns torturas como o choque elétrico contra presos políticos. Assim, as associações que eu fazia me levavam a conectar *a priori* a “nova ordem” implementada pelo Estado com arbitrariedade, autoritarismo, imposição de força, violência. Esta podia ser uma perspectiva, inclusive – até porque, com que finalidade escolher um nome destes para uma política?

Mas o problema era que isto me levava a pressupor que: a) a ordem anterior, a tal ordem local de que falei antes, imposta pelos grupos dominantes no espaço praia e por tabela na cidade e no país, era uma ordem não arbitrária, não autoritária, sem imposição de força nem violência. Nesse movimento, as hierarquias de cor, classe e local de moradia que eu reconhecera antes como seus critérios principais, seriam praticamente naturalizadas. Outro problema: as forças do estado, os governos, seriam vistos como algo à parte da sociedade, quase fetiches, com vida e vontades próprias. Assim, seriam elas, e suas iniciativas, que seriam autoritárias e violentas, e não a sociedade ou alguns de seus segmentos.

Então me voltei não para pesquisar se o choque de ordem era legítimo ou ilegítimo, violento ou não; meu objetivo passou a ser entender o significado mesmo de “ordem” naquele contexto, pelos grupos que ali coexistiam – os agentes da ordem estatal; os demais trabalhadores locais (barraqueiros, ambulantes, quiosqueiros<sup>8</sup>); e os banhistas. Desta vez, fiz um levantamento documental de leis, procedimentos e políticas, além da

---

<sup>8</sup> Na praia carioca, estes são os principais tipos de trabalhadores; os quiosqueiros ficam na calçada da orla, dentro de estruturas padronizadas pela prefeitura do município, vendendo desde produtos industrializados a salgadinhos fritos, além de bebidas de variados tipos. Pagam uma taxa à prefeitura para poderem comerciar no local, e muitas vezes contratam funcionários como atendentes; são médios e às vezes até grandes comerciantes que mantêm sua rede de atendimento à freguesia da praia. Já os barraqueiros vendem também alimentos nas praias, situando-se porém em estruturas de lona, mais precárias, fincadas na areia da praia. São pessoas que se articulam frequentemente a partir do trabalho familiar – pai, mãe, filhos trabalham nas barracas e também precisam da licença da Prefeitura para atuar. Já os ambulantes circulam carregando seus produtos pelas areias, podendo ser contratados de empresas de alimentação ou solitários comerciantes. Estes sofrem severo controle da prefeitura, e precisam igualmente estarem autorizados por ela para poderem comerciar no local

etnografia de alguns eventos ocorridos no espaço praia, em especial Copacabana. Também entrevistei 20 pessoas.

Comecei pesquisando um evento que havia sido incorporado oficialmente ao calendário da cidade em 2007, por iniciativa de um vereador: o Dia de Iemanjá, divindade do candomblé e da umbanda, considerada por estas religiões de matriz africana como a entidade das águas marinhas. Este dia era 29 de dezembro – e isto era uma novidade em relação ao momento de pesquisa anterior, pois significava uma mudança do dia dos festejos, tradicionalmente realizado no dia 31, juntamente com a festa de ano novo. E se antes as celebrações de Iemanjá se espalhavam por toda a orla carioca, nesta oficialização da data vinha a reboque a fixação de um ponto para as homenagens: a praia de Copacabana. Organizado agora pelos comerciantes do Mercado de Madureira<sup>9</sup>, o evento tinha o apoio logístico da polícia militar (PM) e da Guarda Municipal (GM) – respectivamente, partes da estrutura estadual e municipal.

Nossa equipe de pesquisa acompanhou a procissão de 2011, com caminhões de fiéis e líderes religiosos, levando presentes de Madureira até Copacabana para ofertar à rainha do mar. Na procissão, que contava ainda com carros e ônibus, também estava uma estátua de dois metros da divindade, escoltada por agentes da lei. A princípio, diante de todas estas novidades, particularmente a marcação de outra data para a festa, eu havia pensado numa arbitrária imposição de ordem – afinal, quem ousaria trocar a data do Natal católico ou do sábado judaico? Com o intuito de saber mais a respeito da recepção destas novidades pelos partícipes dos festejos, saímos entrevistando pessoas presentes.

Algumas realmente lamentaram a substituição da ordem anterior da festa e se mostraram preocupadas com a possibilidade da imposição de uma nova ordem, mais violenta, à festa em espaço público. No entanto, uma delas, ao ser perguntada sobre o novo ordenamento da comemoração, disse que “a ordem é quando a prefeitura não impõe só leis, é quando também abre espaços como esse pra pessoas com crenças diferentes se expressarem”.

Isto me levou a pensar que havia uma outra interpretação em andamento também, para além do arbitrário das mudanças e da intervenção oficial: a de que a inserção desta nova ordem estatal não era necessariamente mal-vinda. Esta perspectiva encarava a inclusão

---

<sup>9</sup> O Mercado de Madureira se autointitula o “maior mercado popular” da cidade, e o mais barato, também.

do Dia de Iemanjá no calendário oficial da cidade como reconhecimento oficial das religiões de matriz africana, que ao longo da história brasileira tem sido intensamente reprimidas, inclusive pela polícia e demais forças de segurança<sup>10</sup>.

Após então recomençar minha pesquisa na praia, agora sob a ótica da ordem, com o acompanhamento do evento público acima descrito, resolvi adentrar no universo dos trabalhadores da orla, para indagar deles como estava sendo e o que eles entendiam sobre esta ordem do “Choque”. Interessantemente, uma das primeiras entrevistadas nesta fase apresenta visão similar sobre isso: a (nova) ordem da praia. Entrevistada sobre o que é ordem, uma barraqueira também ressaltou o fato de que “a gente passou a ser mais respeitado depois que a prefeitura passou a dar mais atenção pra gente.” Desta forma, ela também apoia o choque, porque, para ela, “ajuda a organizar o que precisa ser organizado”. E completa: “fiz inclusive um curso de como tratar meus clientes e cuidar dos meus produtos.” No fim da entrevista, nos corrige: “olha, o nome certo [da minha atividade] não é barraqueira, é empreendedora de ponto fixo da praia”. Pareceu-me também se tratar de demanda por visibilidade e reconhecimento, tal como eu notara em entrevista feita no evento de Iemanjá. Neste caso, esta demanda era vocalizada por uma trabalhadora da praia, tradicionalmente vulnerável tanto diante de relações de trabalho precárias, informais, quanto da ação policial (para um panorama dos conflitos entre vendedores ambulantes – os “camelôs” – e agentes do Estado, cf, por exemplo Mello, 2001).

Encontrei outros entrevistados com uma visão positiva sobre a ordem, porém a partir de outras explicações. Para estes, o “Choque de Ordem” funciona como um reforço à tradicional hierarquia local, tornando o espaço público “melhor” – “mais limpo, mais seguro”.

Porém dois outros banhistas, um deles turista, vão mais além, pois acreditam que a ordem antes simplesmente não existia – e o “Choque” vem para instalá-la. A ordem local, nesta visão, é a baderna, são os camelôs (comerciantes ambulantes) “enfeando a

---

<sup>10</sup> Cabe dizer que, voltando a acompanhar o evento em 2015, para ampliar uma nova pesquisa agora em andamento, deparamo-nos com uma festa com muito menos gente, e uma divisão de datas (alguns festejos ocorriam agora no dia 2 de fevereiro, data em que na Bahia sempre se festejou Iemanjá, ao contrário do Rio), entidades organizadoras (desde terreiros e centros específicos a grupos musicais como o Afoxé Filhos de Gandhi carioca) e pontos de encontro e festejo (regiões no centro da cidade ou outros pontos da orla). Relatos davam conta da diminuição do esplendor e da afluência de pessoas ao longo dos últimos anos. Agradeço à bolsista e assistente de pesquisa Aline Diniz pela ajuda na coleta de dados.

orla”, é o “lixo”, é o “tumulto” de gente; nestas falas, é comum a ideia expressa pela frase de um dos entrevistados: “ainda bem que a ordem afinal chegou”. A intervenção, assim, é vista como redentora: “tem que chamar a polícia, essas pessoas só respeitam a força”. Neste sentido, o “Choque” é necessário, e seus possíveis excessos não são interpretados como preocupantes.

Os mais críticos quanto à ideia de ordem são trabalhadores – e aí, tanto civis quanto os do Estado. Um ambulante afirma: “minha filha, não tem ordem pra pobre, é só ordem pros ricos, pros turistas”. É basicamente a mesma posição de um policial militar: “ordem pra mim seria o trabalhador ter seus direitos, seu salário decente pra viver bem”. Nesta visão, identifica-se ordem a justiça social, a igualdade, remetendo à questão de classe. E, desta forma, nem a ordem local anterior – aquela regida por uma hierarquia de classe, cor e local de moradia - nem o Choque de Ordem, efetivamente, a representariam.

Mas há também uma outra posição, que supõe uma diferença entre a antiga ordem e a situação atual. Para esta perspectiva, a tradicional ordem local deveria ser restaurada, e o atual Choque de Ordem, na verdade, é o que geraria confusão e desorganização das relações sociais. Nesse sentido, a nova ordem é considerada desordem. Alguns agentes do estado explicitaram esta perspectiva. Um guarda-vidas, irritado, reclamou ao receber ordens de um guarda municipal para ajudá-lo em conflitos no calçadão: “quem é que vai cuidar dos afogamentos? Eu não tenho nada com a orla, chama a PM!”

Já um membro do GOE (originalmente criado para situações de emergência e catástrofe na cidade) demonstra insatisfação porque tem que “apreender mercadoria e prender camelô”; numa espécie de desabafo, comenta: “não foi pra isso que entrei pro GOE; ou eu salvo vidas ou guerreio as pessoas!” Afirma ainda que deveriam então aproveitar aquelas pessoas que passaram no último concurso para fiscal da Prefeitura para fazer este tipo de serviço.

Enquanto isso, guardas municipais do GEP entrevistados parecem ter conhecimento e concordarem com suas atribuições, porém não atentam para a integração de forças municipais e estaduais que o “Choque” pressupõe e não tem ideia das atribuições de guarda-vidas e policiais militares, por exemplo. Assim, segundo eles, cabe ao GEP resolver casos de crianças perdidas e também afogamentos. De fato, fui verificar no site

da corporação as tarefas de que são encarregados guardas do GEP e lá constavam tais ações. O problema é que são os mesmos casos que, segundo o *site* do Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros, ligado às forças de segurança estaduais, são atribuições dos guarda-vidas. Em suma, há duplicidade de ação por corporações vinculadas a esferas de poder institucional diversas. Ambos os grupos são encarregados de cuidar de crianças desaparecidas na orla e de afogamentos. Não é difícil compreender a confusão – sim, a desordem - que isto pode causar na prática dos agentes.

## **Considerações finais**

Este artigo pretendeu dar conta das modificações ocorridas na orla carioca, a partir da análise de novas ações em segurança pública levadas a cabo pelo município em consonância e com o apoio do governo estadual. Para isto, retomou-se o estudo da praia, através de uma perspectiva antropológica, com auxílio precioso de etnografia e entrevistas em profundidade. O recorte histórico compreendeu dois momentos distintos, mas que foram interpretados como partícipes de um mesmo processo de aumento de controle estatal sobre aquele território – o espaço público praia.

Enfim, se antes me debrucei sobre os significados de democracia, agora me detive em estudar ordem. Esta demonstrou ser entendida de quatro formas principais. Na primeira visão, há uma valorização da “ordem do Choque”, encarado como ampliação do direito à visibilidade, ao espaço público e à atenção positiva por parte do Estado; nesta visão, minoritária, se congregam segmentos historicamente deixados de lado pelo poder estatal, como trabalhadores informais e adeptos de religiões não dominantes. Numa segunda visão, também há uma valorização da “ordem do choque”, porém identificada à força e à posse exclusiva do espaço público pelas camadas média e alta da população local, e também à exclusão de outras forças sociais deste espaço público. Nesta direção, a antiga ordem hierárquica local é depreciada e identificada à bagunça, à desordem. Esta visão foi compartilhada por pessoas de camadas sociais mais abastadas, moradoras de locais privilegiados da cidade.

Uma terceira perspectiva sinaliza que a ordem local anterior apenas assegurava privilégios para as camadas mais ricas da população. Deste ponto de vista, ordem é associada a justiça social, considerada ausente no arranjo tradicional de ordem. Pela mesma razão, a ordem do Choque também é recusada, pois é a ordem do arbítrio e não

garante igualdade. Assim, ambas são consideradas cerceadoras, e não promotoras, de direitos. Esta perspectiva foi acionada por trabalhadores, pessoas pertencentes às camadas populares.

Um quarto entendimento sobre o que é ordem é aquele que a conecta a um arranjo consensuado, convencional, feito pelos agentes estatais e frequentadores interessados. Aqui, a tradição é afirmada como a alternativa de ordem, e sua restauração seria a forma de garantir o bom andamento das interações sociais. A ordem do Choque, baseada em intervenções institucionais, é vista dentro deste contexto como uma falsa ordem, uma ação que funciona de maneira disruptiva, causando transtorno, confusão – em uma palavra, desordem. Esta interpretação é levada a cabo especialmente por alguns agentes da lei, que não se sentem preparados adequadamente para agirem em conjunto nem conseguem visualizar sua específica esfera de atuação dentro do escopo para eles abrangente demais do Choque de Ordem. É de se imaginar que esta postura reflita problemas na gestão desta nova política, referentes ao treinamento e também ao conhecimento sobre os limites e atribuições dos agentes. E se imagina também os reflexos deste tipo de problemas nos resultados das operações, em termos do seu sucesso.

Em termos mais amplos, é também importante indicar que as disputas de sentido em torno das palavras “democracia” e “ordem” não se encontram só no espaço praia. Elas tem lugar e espelham também debates e práticas diárias na cidade do rio e no país, envolvendo noções de democracia, ordem, justiça, igualdade e liberdade. Elas se refletem em posturas políticas adotadas em relação a questões para além da praia, alicerçando escolhas partidárias, bandeiras de luta, posições sociais (no sentido de Bourdieu, 2001) e pontos de vista diante de qual deve ser o papel do Estado e de quais são as demandas dos diversos segmentos sociais brasileiros. Importante também observar como estas noções se conectam com classe social, pertencimento étnico-racial e local de moradia.

Então, esse lugar – a praia - dessa cidade – o Rio de Janeiro - deste país – o Brasil - é um aspecto central de sua vida social, e a reflexão sobre ele pode reunir e desvelar dinâmicas fundamentais para se entender não só as políticas de segurança e seus impactos no espaço público, como as relações entre os agentes e as ações do Estado e os demais segmentos sociais. No entanto, para compreender a amplitude do alcance destas

falas, políticas e ações, é preciso ir além da simples busca do estabelecimento do estatuto de verdades e de mentiras, e buscar conhecer o complexo mosaico de forças e posições políticas conservadoras e progressistas que estão em jogo contemporaneamente no Brasil.

## Referências bibliográficas

ARONOWITZ, Stanley. 1992. “Pós-modernismo e política”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.), *Pós-modernidade e política*. Rio de Janeiro, Rocco.

BOBBIO, Norberto. 1997. 6ª Ed. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BOURDIEU, Pierre. 2001. 4ª Ed. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CASSIN, Bárbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSI, Catherine. 1993. *Gregos, bárbaros, estrangeiros*. Rio de Janeiro, Editora34.

DA MATTA, Roberto. 1981. “Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira”. In: *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes.

FARIAS, Patrícia. 2003. *Pegando uma cor na praia: relações raciais e classificação de cor na cidade do Rio de Janeiro*. Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas.

\_\_\_\_\_; Cecchetto, Fátima. 2009. “Tu mora onde? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca”. In: Sá Carneiro, Sandra de; Sant’anna, Maria Josefina Gabriel, *Cidade: olhares e trajetórias*, Rio de Janeiro, Garamond/Faperj.

FREYRE, Gilberto. 2006. 48ª Ed. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global.

GEERTZ, Clifford. 2008. 13ª ed. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. 1995. *Introdução crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

HASENBALG, Carlos. 1992. “Notas sobre relações de raça no Brasil e na América Latina”. In: Buarque de Hollanda, Heloisa (org.), *Y nosotras latinoamericanas? Estudos sobre gênero e raça*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, relatório de eventos.

MELLO, Kátia Sento Sé. 2011. *Cidade e conflito – Guardas Municipais e camelôs*. Niterói: Eduff.

NOGUEIRA, Oracy. 1985. *Tanto preto quanto branco. Estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz.

O’DONNEL, Júlia. 2013. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro, Zahar.

SCHWARCZ, Lilia. 2005. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 72, São Paulo.

TURNER, Victor. 1969. *The ritual process – structure and anti-structure*. Chicago, Aldine Publishing Co.

VASCONCELOS, José. 1948. *La raza cósmica. Misión de La raza iberoamericana*. Buenos Aires (AR): Espaza-Calpe, 2ª Ed. (1ª Ed. 1925).

VELHO, Gilberto. 1980. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

## **Hemerografia**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDRATIVA DO BRASIL DE 1988**. In: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

“Operação Choque de Ordem reboca 56 veículos no Rio”. In: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL964547-5606,00-OPERACAO+CHOQUE+DE+ORDEM+REBOCA+VEICULOS+NO+RIO.html><http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL964547-5606,00->

[OPERACAO+CHOQUE+DE+ORDEM+REBOCA+VEICULOS+NO+RIO.html](#) .

20/01/2009. Acesso em 4 de março de 2011.

<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1042251-5606,00-MANIFESTANTES+PROTESTAM+CONTRA+CHOQUE+DE+ORDEM+DA+PREFEITURA+DO+RIO.html> Último acesso em 8/7/2015.

<http://www.sidneyrezende.com/noticia/67448+barraqueiros+protestam+contra+choque+de+ordem+nas+praias+nesta+segunda+feira>. Último acesso em 8/7/2015.

<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/guarda-municipal-do-rio-cria-tropa-de-homens-de-preto,2cb8325ab6e1b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Último acesso em 10/7/2015.

[www.centrodeoperacoes.rio](http://www.centrodeoperacoes.rio). Último acesso em 8/7/2015.

[www.copacabana.com/câmeras](http://www.copacabana.com/câmeras). Último acesso em 8/7/2015.

[www.cbmerj.rj.gov.br](http://www.cbmerj.rj.gov.br). Último acesso em 10/7/2015.

[www.mercadaodemadureira.com](http://www.mercadaodemadureira.com). Último acesso em 9/7/2015.

[www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/exibeconteudo?article-id=848165](http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/exibeconteudo?article-id=848165). Último acesso em 10/7/2015.

[www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/exibeconteudo?article-id=2148463](http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/exibeconteudo?article-id=2148463). Último acesso em 10/7/2015.